

Butantan vai receber R\$ 1,4 bilhão para produção de vacinas e insumos

Verba é para construção de novas fábricas, modernização e ampliação produtiva

O Instituto Butantan vai receber um investimento de R\$ 1,4 bilhão para ampliar sua infraestrutura e capacidade de produção de vacinas, soros e outros insumos imunobiológicos. Os recursos serão aplicados na construção de duas novas fábricas e na modernização de outras duas unidades já existentes, com foco no fortalecimento da produção nacional e na redução da dependência de insumos importados.

O aporte integra o Novo PAC Saúde e tem como objetivo ampliar a autonomia do país na fabricação de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS). A ampliação da estrutura produtiva também busca garantir maior capacidade de resposta a emergências sanitárias e às demandas regulares dos programas nacionais de imunização.

Entre as frentes previstas está a implantação de uma plataforma de produção de vacinas com tecnologia de RNA mensageiro (RNAm). Esse modelo permite maior agilidade no desenvolvimento de imunizantes e facilita a adaptação da produção diante do surgimento de novos vírus ou variantes, com menor tempo e custo operacional.

Outra parte relevante do investimento será destinada à produção do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) de vacinas importantes do calendário nacional. Com as novas plantas, o Brasil passará



O investimento integra a política voltada ao fortalecimento da indústria da saúde no Brasil

a fabricar integralmente o IFA da vacina DTPa, que protege contra difteria, tétano e coqueluche, e da vacina contra o HPV. A unidade voltada à DTPa terá capacidade de fornecer até 6 milhões de doses por ano, reduzindo a dependência de importações e ampliando a segurança no abastecimento.

A fábrica dedicada à vacina contra o HPV contará com investimentos superiores a R\$ 495 milhões e terá capacidade estimada de produção de até 20 milhões de doses por ano. A expectativa é

garantir oferta em larga escala do imunizante produzido no país, fortalecendo as políticas públicas de prevenção.

Também está prevista a ampliação da unidade de produção de soros e de uma área multi-propósito. Com investimentos de mais de R\$ 232 milhões, a estrutura permitirá aumentar a produção de soros concentrados e líquidos, essenciais para o tratamento de acidentes com animais peçonhentos e outras emergências médicas. A capacidade final estimada é de até 5,5 milhões de

frascos de soro líquido por ano, além da produção de soros e vacinas em forma liofilizada.

Também está prevista a ampliação da unidade de produção de soros e de uma área multi-propósito. Com investimentos de mais de R\$ 232 milhões, a estrutura permitirá aumentar a produção de soros concentrados e líquidos, essenciais para o tratamento de acidentes com animais peçonhentos e outras emergências médicas. A capacidade final estimada é de até 5,5 milhões de

além da produção de soros e vacinas em forma liofilizada. A ampliação também contribui para agilizar o atendimento a emergências de saúde pública.

A ampliação da vacinação para outros públicos, na faixa etária de 15 a 59 anos, está prevista para o segundo semestre, de acordo com o aumento da capacidade produtiva do instituto. Até o momento, foram adquiridas 3,9 milhões de doses da vacina contra a dengue, com investimento federal de R\$ 368 milhões.

Importância estratégica

Maior produtor de vacinas e soros da América Latina, o Instituto Butantan é responsável por parcela significativa dos imunobiológicos utilizados no Brasil, incluindo a totalidade das vacinas contra o vírus influenza aplicadas na campanha nacional. A instituição também produz a maioria dos soros hiperimunes usados no tratamento de envenenamentos e intoxicações.

Além da produção industrial, o Butantan atua em pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e estudos clínicos, contribuindo para a inovação na área da saúde. Com os novos investimentos, a expectativa é ampliar essa atuação, fortalecer a cadeia produtiva nacional e garantir maior previsibilidade no fornecimento de vacinas e insumos estratégicos para o SUS.

Ipem-SP alerta sobre compra de produtos de Carnaval

Divulgação Governo de SP

Com a proximidade do Carnaval, o Ipem-SP orienta consumidores a redobrarem a atenção na compra de produtos típicos da folia. No caso de roupas, é fundamental conferir as informações obrigatórias nas etiquetas, como composição têxtil, tamanho, origem, identificação do fabricante e orientações de conservação, o que ajuda a evitar alergias e riscos à saúde, especialmente em crianças.

Para itens infantis, a recomendação é verificar a presença do selo do Inmetro e da classificação etária, que indicam que o produto foi testado e atende aos requisitos mínimos de segurança. Em adereços e produtos embalados, o consumidor deve observar se a quantidade informada na embalagem corresponde ao conteúdo adquirido.

O instituto também alerta



Fantias, confetes e serpentinas são os mais procurados

ta para cuidados com produtos pré-meditados, que devem trazer indicação clara de peso ou volume, com desconto do valor da embalagem. O Ipem-SP reforça ainda a importância do consumo responsável de bebidas alcoólicas e lembra que os bafômetros uti-

lizados pela polícia passam por testes do órgão. Em caso de dúvida ou desconfiança, o consumidor pode acionar a Ouvidoria do Ipem-SP pelo telefone 0800 013 05 22, e-mail ouvidoria@ipem.sp.gov.br ou site www.ipem.sp.gov.br.

MPSP sequestra 48 imóveis e R\$ 500 mi

Criado há apenas um mês, o Grupo de Atuação Especial de Persecução Patrimonial (GAEPP), do Ministério Públíco de São Paulo, já apresenta resultados concretos. Em atuação conjunta com a Promotoria da Vara de Lavagem de Dinheiro da Capital, o grupo obteve na Justiça o sequestro de 48 imóveis e o bloqueio de bens que somam cerca de R\$ 500 milhões.

A decisão foi proferida pela 2ª Vara de Crimes Tributários, Organização Crimosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital, em processo que tramita sob sigilo.

As investigações apontam que os envolvidos integravam um esquema de lavagem de dinheiro que funcionava como um banco informal. O grupo misturava recursos provenientes do tráfico de drogas e de

outros crimes com atividades empresariais, como supermercados e empresas de fachada, para ocultar a origem ilícita do dinheiro. A atuação ocorria em São Paulo e em outros estados do país.

A medida judicial atingiu apartamentos de alto padrão em Porto Alegre (RS), terrenos em áreas de praia e diversos imóveis comerciais e residenciais.

O GAEPP foi criado com o objetivo de rastrear, identificar e garantir o sequestro de bens ligados a crimes de grande impacto, para que possam ser revertidos ao Estado ou às vítimas em caso de condenação. A iniciativa reforça a estratégia do Ministério Públíco de enfrentar financeiramente organizações criminosas e devolver à sociedade recursos obtidos de forma ilegal.